



TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA
81ª
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 18 DE SETEMBRO DE 2001.

38 *lancada*

3

41



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

1

LIDO
Em 18/09/01
Assessoria de Plenário

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

**ATA DA 81ª
(OCTOGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 18 DE SETEMBRO DE 2001.**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Gim.

SECRETARIA: Deputados Paulo Tadeu e Maninha.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 17 horas e 16 minutos.

TÉRMINO: 18 horas e 45 minutos.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Gim):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 – ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM 1:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 2.252, de 2001**, de autoria do Poder Executivo, que "Concede aos servidores que especifica parcela pecuniária e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (20 deputados presentes).

(2º) **ITEM INCLUÍDO:** Apreciação da **redação final do Projeto de Lei nº 2.252, de 2001**, de autoria do Poder Executivo, que "Concede aos servidores que especifica parcela pecuniária e dá outras providências". **APROVADA** nos termos do § 5º do art. 204 do Regimento Interno.

(3º) **ITEM 2:** Apreciação do **veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.177, de 2001**, de autoria do Poder Executivo, que "Cria a carreira de atividades complementares de Segurança Pública no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, fixa seus vencimentos e dá outras providências." **MANTIDO** com 12 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 11 ausências.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

(4º) **(TEM 3: Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 802, de 1999,** de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, que "Declara o Ministério Cristo é Vida - SOS Vida, Brasília DF, entidade de utilidade pública." **NÃO HOUE QUORUM PARA DELIBERAÇÃO.**

3 - COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Informa que o Deputado Tatico apresentar-se-á à Comissão de Ética para esclarecimentos, amanhã, às 11 horas.

4 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Gim):

- Convoca os deputados para a sessão ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.


Primeiro(a) Secretário(a)



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /09/ 01	17h20min	EXTRAORDINÁRIA	1
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Paulo Tadeu a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 1:

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.252, de 2001, de autoria do Poder Executivo, que 'concede aos servidores que especifica parcela pecuniária, e dá outras providências'."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 20 Parlamentares.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ouvi V.Exa. fazer uma referência à apreciação dos vetos. Informo a V.Exa. que existe um projeto que já iniciou a votação e não pôde ser concluído por falta de *quorum*. É um projeto de autoria do Poder Executivo, ainda do ano passado, no qual, eu, V.Exa. e o Deputado Renato



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 2	Quarto 2
--------------------	----------------------------	--------------------------------------	-------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Rainha, que atuamos na cidade de Taguatinga, temos interesse: é a do Joaquim Cruz. Inclusive, ele esteve nesta Casa ontem, pedindo para apreciarmos esse projeto. Na verdade, não é um projeto, mas uma correção da lei que já foi votada aqui: muda apenas o número do lote de 18 para 17. Temos de aprová-lo para viabilizar as obras que estão prontas para entrar em processo de licitação, dependendo apenas dessa alteração nesse projeto. Eu fiz em meu nome apenas para agilizar a votação, mas, na verdade, é um projeto de autoria do Poder Executivo. Eu gostaria que apenas pudessemos dar continuidade à votação desse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Deputado José Edmar, depois de votarmos dez vetos, passaremos à apreciação desse projeto. Existem 36 vetos na pauta. Tenho todo o interesse de votar esse projeto que me afeta diretamente, tem a do pessoal das chácaras 28 e 22, também existe o projeto de interesse da Polícia Civil e outros que têm urgência de votação. Votaremos posteriormente.

Concedo a palavra à Deputada Maninha para declaração de voto.

DEPUTADA MANINHA (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores da Previdência Social presentes na galeria, eu me inscrevi para falar por último a fim de clarear as questões levantadas por todos os Deputados. O Deputado Edimar Pireneus está de certa forma triste, achando que o Governo sofreu um desgaste muito grande por causa da aprovação do projeto. Quero dizer ao Deputado Edimar Pireneus, reconstituindo a história



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 3	Quarto 3
--------------------	----------------------------	--------------------------------------	-------------

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

da votação desse projeto, que, na verdade, S.Exa. cumpriu exatamente todo o acordo que fez com o sindicato, comigo e com os servidores. Todos se lembram de que não tínhamos a possibilidade de apreciarmos esse projeto e fizemos isso, só não conseguimos a aprovação das emendas, mas o projeto foi votado.

Deputado Edimar Pireneus, não confunda o desgaste do Governo de não deixar que as emendas fossem aprovadas com o seu desgaste pessoal. Não houve desgaste de V.Exa. Eu quero deixar isso bem claro, porque os servidores acompanharam diuturnamente o processo de negociação. Lamentamos não termos aprovadas nossas emendas, porque elas resgatam o direito de todos os servidores para terem a gratificação na aposentadoria, na licença-prêmio e na concessão de férias. Neste momento, saímos dessa votação triste por não termos aprovado a emenda, mas tendo a garantia de que, aprovado o projeto, não se retira do nosso contracheque a gratificação e amanhã a folha da Fundação Hospitalar continuará com a gratificação dos servidores da Previdência, que têm a legitimidade de ter o direito de receber essa gratificação.

Parabéns aos servidores e ao Sindicato.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra ao Deputado Renato Rainha para declaração de voto.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, também quero, como a Deputada Maninha, reconhecer o trabalho do Líder do Governo, Deputado Edimar Pireneus, apesar de não concordar com



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 4	Quarto 4
--------------------	----------------------------	--------------------------------------	-------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

alguns posicionamentos de S.Exa., mas que foi uma pessoa essencial em toda a negociação feita junto ao Governo para que esse projeto fosse aprovado hoje e para que as senhoras e senhores aqui presentes não perdessem um direito justo e que está sacramentado. O salário de vocês já está por demais defasado. Todavia, não posso deixar, neste momento, de lamentar as emendas rejeitadas, de autoria minha e da Deputada Maninha, que foram aprovadas em duas comissões e rejeitadas somente na terceira. Mas vamos continuar lutando para que o aposentado tenha o mesmo direito do servidor da ativa, inclusive na Justiça, se preciso for. A Constituição Federal é clara em seu art. 40, quando diz que o servidor aposentado tem o mesmo direito de remuneração e o mesmo reajuste do pessoal da ativa.

Quero dizer aos senhores que vamos continuar a nossa luta com relação ao inciso III do art. 4º. Esse é inconstitucional, porque diz que o servidor de licença-médica, de licença-maternidade ou licença-gala vai perder a parcela pecuniária. É um absurdo, porque essas licenças estão previstas em lei federal, que garante à pessoa que goza essas licenças a mesma remuneração, como se ela estivesse em serviço.

Deixo aqui o meu protesto. Eu não posso deixar de reconhecer que foi um avanço a aprovação do projeto. Reconheço o trabalho do Líder do Governo na negociação, mas não posso deixar de expressar o meu protesto pela não-aprovação das emendas.

Continuaremos lutando para que os aposentados e os quem têm licença legal possam continuar percebendo a sua parcela remuneratória.



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 5	Quarto 5
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Parabéns a vocês por terem vindo à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra ao Deputado César Lacerda para declaração de voto.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PPB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a votação deste Plenário muitas vezes não é entendida por quem vem aqui. Se este Plenário hoje não tivesse seguido a orientação do Deputado Edimar Pireneus, o Governador iria vetar o projeto, porque há Deputado que só quer embaraçar.

Àqueles que tentam embaraçar, eu queria fazer um convite, já que estamos tratando de questão da saúde, para que fôssemos hoje ao hospital visitar as crianças mordidas pelos *p/í bulis*, que lá estão por culpa dos Deputados que apoiaram e não derrubaram o veto do Sr. Vice-Governador.

A diferença é essa: um mexe no bolso, o outro mexe na carne e arranca o sangue de crianças.

Por isso chamo os Deputados que mantiveram o veto do Vice-Governador a fazerem uma visita ao Hospital de Base, às crianças ofendidas pelos *p/í bulis*.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 6	Quarto 6
--------------------	----------------------------	--------------------------------------	-------------

aquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
--------------	------------	-----------

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, serei breve. Posso até entender que tenha havido acordo sobre a matéria, e realmente houve. Contudo, foram apresentadas e votadas as emendas. Respeito os Deputados autores das emendas e também o Líder do Governo, mas a matéria foi vencida. Lamento que o plenário tenha derrubado as emendas, que eram corretas.

Em primeiro lugar, discriminaram-se as pessoas que estão de licença médica ou outro tipo de licença, as pessoas que estão de férias, que são um direito líquido e certo, e também os aposentados. Creio que a categoria quer conquistas, mas ela quer, sobretudo, respeito às conquistas maiores que a Constituição concedeu aos trabalhadores do serviço público,. Lamentavelmente, não é o texto que os trabalhadores esperam, mas foi feito o possível. Continuamos a luta. Essa é a trajetória histórica dos trabalhadores: lutar para não morrer. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Com a palavra o Deputado Alírio Neto para declaração de voto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, quero deixar claro que muitas coisas ditas, na verdade, são subterfúgios jurídicos para trazer prejuízo aos servidores públicos do Distrito Federal. Vamos analisar: se esta Casa respeitasse a Constituição brasileira, vocês não estariam recebendo em casa a taxa de bombeiro para pagar. Todos sabemos que essa taxa é inconstitucional. Nós servidores públicos,



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 2	Quarto 7
--------------------	----------------------------	--------------------------------------	-------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

nesse período de sete anos, temos sido perseguidos e culpados de todas as mazelas que este Governo tem feito, tanto na área federal como distrital. Não merecemos isso. Vamos chegar ao ponto de abandonar os nossos direitos, como estão abandonando em outras categorias os aposentados. Já se abriu um precedente, anteriormente, para se aprovar vantagens e excluir os aposentados. Agora estamos abrindo mão da vantagem de recebermos pecúnia no momento que tiramos licença-prêmio, licença-maternidade e todas as outras. Só falta abrirmos mão do nosso descanso de final de semana remunerado.

Trabalhamos, somos dignos de merecer tudo aquilo que conquistamos. Podem ter certeza que eu, a Deputada Maninha, os Deputado Renato Rainha, Wasny de Roure, Chico Floresta e todos os outros Deputados que ficaram aqui para votar esse projeto estamos com vocês e temos compromisso com a sociedade brasileira e principalmente com os funcionários públicos do Distrito Federal. Podem contar sempre conosco.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg para declaração de voto.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento todas a amigas e amigos presentes que vieram acompanhar esse projeto, os Deputados Renato Rainha e Maninha, autores das emendas, e, sobretudo, vocês pela mobilização e pela sensibilização parcial desta Casa. Hoje, vocês saem daqui com uma vitória que ainda não é completa em função de não serem aprovadas todas as emendas. Conclamo



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA	Quarto 8
--------------------	----------------------------	------------------------------------	-------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

todos a permanecerem unidos em torno desse propósito de ampliar esses direitos, que são de vocês. Ninguém está dando esses direitos de favor. Esses direitos foram conquistados ao longo de uma **carreira**. Parabéns a todos vocês. Contem sempre com o voto do PSB a favor dos servidores públicos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Com a palavra o Deputado Silvio Linhares para declaração de voto.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não estou entendendo direito, até porque eu votei "não" devido à inconstitucionalidade do projeto, porque o serviço médico determina a licença de uma pessoa, mas esta licença já é garantida por lei federal. O abono de férias também já é garantido por lei federal. Não votamos aqui contra o funcionalismo. Votamos contra a inconstitucionalidade do destaque feito, que iria prejudicar a lei. Tenho fé de que eles vão entender isso e que nós, então, sairemos do discurso dos partidos de esquerda. Digo a todos eles que ficaram aqui que, se não estivéssemos aqui, não haveria votação.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data f L 8 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 4	Quarto 9
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

"Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 2252, de 2001, de autoria do Poder Executivo, que 'concede aos servidores que especifica parcela pecuniária e dá outras providências'."

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17h35min, a sessão é reaberta às 17h50min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Está reaberta a sessão.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar nesta Casa que, no Diário Oficial de hoje, temos mais uma suplementação de verba, por decreto, para a área de publicidade. São mais R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que saem da área de estudo do mercado imobiliário, de manutenção de serviços administrativos e da informática da Terracap para a própria publicidade daquele órgão.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /09/ 01	17h20min	EXTRAORDINÁRIA 1º	10

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Está muito clara a estratégia do Governo nesse ano pré-eleitoral. Como a lei diz que não se pode gastar no ano eleitoral mais do que no ano anterior, o Governo, além de ter apresentado um orçamento milionário para a publicidade, começa de forma regular a enviar suplementações orçamentarias para a área de publicidade, realizando com isso um enorme orçamento nessa área, para poder gastar o mesmo no ano de eleição.

Sr. Presidente, quando o ex-Governador Cristovam foi condenado pelo uso de publicidade, ele gastou naquele ano R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais). Hoje, pelas nossas estimativas, se a suplementação de verbas do Governo Roriz este ano tiver o mesmo percentual do ano passado, só na Secretaria de Comunicação do GDF serão gastos R\$ 98.000.000,00 (noventa e oito milhões de reais). Agora, é bom dizer que a Terracap deveria estar utilizando esses recursos em estudos do mercado imobiliário para não ficar fazendo esses projetos dentro de parques, como o do Setor Habitacional Vertical Sul, que está comprovadamente, e vou apresentar os documentos ao Eri Varela, por informes técnicos da Terracap e da Secretaria do Meio Ambiente, localizado dentro dos limites do Parque do Guará. Fica aqui o registro do protesto do PSB.

DEPUTADO XAVIER - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra
V.Exa.

DEPUTADO XAVIER (PSD. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria da atenção de todos. Sobre as

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /09/ 01	17h20min	EXTRAORDINÁRIA "	11
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

notícias que foram veiculadas pelo *Correio Braziliense* nesse final de semana, no domingo, eu queria tecer alguns comentários e fazer um esclarecimento, pois acho que é necessário.

Srs. Deputados, creio que todos os senhores devem ter lido as matérias publicadas no *Correio Braziliense* a respeito de dois lotes em Samambaia que tiveram suas destinações alteradas no Plano Diretor. A respeito do assunto, eu gostaria de prestar o seguinte esclarecimento: nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal, cabe à Câmara Legislativa dispor sobre todas as matérias de competência do Distrito Federal e especialmente sobre mudança de destinação de áreas públicas, e no seu inciso IX do artigo nº 58 que a apresentação de um projeto de lei complementar ou emenda propondo alteração de uso da área pública compete a qualquer Deputado.

Esse fundamento está previsto tanto na Lei Orgânica do Distrito Federal quanto no Regimento Interno da Casa. A inclusão do inciso XIII do artigo nº 120 no Plano Diretor que alterava a destinação dos lotes foi proposto por mim, por meio de emenda.

Isso posto, eu gostaria de tecer o seguinte comentário: se os lotes tiveram as destinações alteradas por meio de lei e existiu algum erro no fato, esse assunto deve ser questionado junto à Câmara Legislativa, que foi quem deliberou. A mim coube apenas propor e foi o que eu fiz.

Os lotes referências foram comprados em processo de licitação pública. Portanto, qualquer pessoa poderia se habilitar e comprá-los. Inclusive os senhores Deputados, ou qualquer um, se quisesse, é claro. Até mesmo o autor da matéria poderia fazê-lo. Se algum lote foi avaliado por um

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /09/ 01	17h20min	EXTRAORDINÁRIA 12	12
taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

preço abaixo do mercado, houve uma falha na definição das atividades do edital e compete à Terracap adotar as providências de ordem jurídica para solucionar esses problemas, determinando que seja cobrada a outorga onerosa ou o cancelamento da licitação.

O Plano Diretor de Samambaia foi publicado no Diário Oficial no dia 9 de março de 2001 e a licitação pública se deu por meio do Edital nº 5 de 2001 no final de maio. Portanto, quase três meses após a divulgação da lei que previa a alteração do uso do lote.

O jornalista do *Correio Braziliense* enganou-se ao afirmar que a lei foi publicada 16 dias antes do processo. Isso efetivamente não ocorreu. Creio que isso é um troco do *Correio Braziliense* pelo fato de eu ter votado contra a investigação da Comissão de Ética que tentava difamar vários Deputados desta Casa.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer que enquanto eu estiver investido no cargo de Deputado, estarei apresentando projetos e emendas com vista à alteração de área, já que essa é uma atribuição do Deputado. E disso, Sr. Presidente, eu não posso abrir mão.

Esse é o meu esclarecimento quanto a minha pessoa. Quanto à pessoa que comprou lote na Terracap, quero aqui mencionar que essa pessoa, hoje ainda, encaminhou um requerimento à Terracap pedindo informações sobre como seria possível legalizar a situação.

A resposta está aqui e eu gostaria, inclusive de ler o requerimento, que diz: "O promitente comprador dos lotes 3 e 4 da Região Administrativa de Samambaia, fruto da licitação pública por meio do Edital nº



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 13	Quarto 13
--------------------	----------------------------	---------------------------------------	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

5 de 2001 vem requerer um posicionamento dessa empresa quanto às matérias publicadas no *Correio Braziliense* no que diz respeito à real destinação do uso das áreas em referência e se foram avaliados abaixo do preço legalmente instituído para o local.

Caso afirmativo, gostaria de obter informações quanto às medidas a serem adotadas por essa empresa em relação ao assunto, principalmente no que diz respeito à cobrança da outorga onerosa" - em seguida, a Terracap avaliou e deu a seguinte resposta: - "Face ao contido no requerimento no qual o interessado licitante vencedor dos lotes 3 e 4 da QN 306, conjunto 2 da Região Administrativa de Samambaia, Edital nº 5 de 2001 solicita informações sobre a cobrança ou não de outorga onerosa decorrente da mudança da destinação dos imóveis referidos, tem-se que consonante o preconizado da lei nº 22.121 de 11 de maio de 2001, uma vez havendo mudança de destinação de imóveis, far-se-á necessária a cobrança de outorga onerosa".

A Terracap informou que, para legalizar a situação, seria necessária a cobrança da outorga onerosa.

Em seguida, o comprador informou à Terracap que ele não teria condições de fazer a outorga onerosa, fato que o levou a pedir a rescisão do contrato dos referidos imóveis, uma vez que ele não sabia que a área era destinada para posto de gasolina e ele não teria como pagar a outorga necessária.

Portanto, ele pediu o cancelamento. Não há mais nenhum prejuízo para os cofres públicos, se era isso que se alegava.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /09/ 01	17h20min	EXTRAORDINÁRIA 14	14
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Toda a documentação está à disposição de V.Exas. Agradeço a todos os Deputados e à imprensa.

Era o que eu tinha para esclarecer, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de me manifestar sobre esse assunto, porque minha assessoria trabalhou em um relatório do Plano Diretor Local de Samambaia. Eu alertei o próprio Governo desse fato e foi esse o motivo de a bancada de Oposição ter votado contra o Plano Diretor Local de Samambaia. Realmente, o relatório foi entregue no momento da votação. E no processo da discussão das assessorias, essa emenda não constava; ela só passou a constar quando nós recebemos o relatório final, Deputado Jorge Cauhy. Então, não tínhamos tranquilidade para votar uma coisa que havia sido acrescentada após a discussão dos assessores.

Eu confesso que fiquei por demais estarecido diante dessas informações dadas no *Correio Braziliense* de domingo. Ainda que nós tenhamos votado, nesta Casa, contra o Plano Diretor Local, e conseqüentemente contra a emenda, toda a instituição fica exposta. Eu não posso deixar de cumprimentar o Deputado Xavier por trazer esses esclarecimentos que, de alguma forma, também confirmam as denúncias. A



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /09/ 01	17h20min	EXTRAORDINÁRIA 15	15

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

própria suspensão do contrato é uma medida concreta de rever um lamentável equívoco que expõe esta instituição.

Deputado Xavier, tenho o maior respeito por V.Exa., até por termos relações de fé religiosa. Fico bastante satisfeito em ver sua iniciativa de fazer com que a pessoa que fez esse contrato de alienação com a Terracap peça o rompimento desse contrato, porque é um prejuízo para o erário público, um prejuízo político para esta Casa e, naturalmente, não tem como nos silenciarmos ou fazermos "vista grossa" para uma situação dessa.

É necessário que esta Casa, após essa medida do Deputado Xavier, tenha clareza de que ela não pode ser exposta porque se o for, o instrumento que é, sim, um instrumento correto, passa a ser utilizado de maneira incorreta para outros tipos de interesse.

Essa atitude resgata a idoneidade e eu espero que tal erro não se repita, para não expor novamente esta Casa ao vexame, como fomos expostos neste final de semana, sobretudo o Deputado envolvido, Deputado Xavier.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero me dirigir diretamente ao Deputado Xavier, dizendo a S.Exa. que eu parto do princípio de que ninguém pode ser julgado e condenado sem direito à defesa. Acredito que a melhor maneira de o



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /09/ 01	17h20min	EXTRAORDINÁRIA 16	16

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Deputado Xavier fazer a sua defesa é, de fato, recorrendo às instâncias de que esta Casa dispõe, conforme seu Regimento Interno, e, a partir das discussões realizadas nessas instâncias, esclarecer as denúncias que estão ocorrendo.

Sr. Presidente, Deputado Gím Argello, não é a primeira vez que, em menos de duas semanas, são feitas, nos meios de comunicação, denúncias envolvendo deputados desta Casa. Primeiro foi sobre o Deputado Tatico, agora, sobre o Deputado Adão Xavier.

Se não me engano, há quatro ou cinco meses, houve uma discussão nesta Casa com relação aos postos de gasolina. Essa discussão surgiu a partir de uma denuncia feita por V.Exa., ao nobre Deputado Renato Rainha, sobre possíveis irregularidades com relação à mudança de destinação de áreas para postos de gasolina.

Esse episódio está ainda bastante fresco em nossa memória. À época, a Comissão de Ética foi impedida de prosseguir nas investigações internas desta Casa. Houve uma manobra por parte da bancada governista, impedindo o prosseguimento das investigações. A Câmara Legislativa, pela sua maioria, conseguiu frear as investigações.

Não é possível, Sr. Presidente, que teremos de fingir que somos avestruzes. O fato é que na semana passada um deputado foi denunciado e nesta semana um outro Deputado está novamente sendo denunciado. Somente uma apuração por parte da Comissão de Ética poderá fazer com que esses Deputados tenham os nomes limpos perante a sociedade.

Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA I*	Quarto 17
--------------------	----------------------------	---------------------------------------	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Portanto, Sr. Presidente, Deputado Gim Argello, para que isso não ocorra novamente e para que os nobres Deputados possam se defender das acusações, é necessário que a Comissão de Ética instaure uma comissão investigatória para ouvir os Deputados e servidores envolvidos - há também a denúncia de envolvimento de servidores desta Casa. Só assim poderemos ter tranquilidade para trabalhar.

Ninguém pode ser julgado e condenado sem direito à defesa. Penso que os Deputados Xavier e Tatico têm o direito a essa defesa nas instâncias desta Casa, através de um processo investigatório da Comissão de Ética.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi atentamente as palavras do nobre Deputado Paulo Tadeu e quero dizer que discordo plenamente dele. Uma voz superior à de S.Exa., que é a do Deputado Wasny de Roure, um exemplo de dignidade, inocentou o nobre Deputado Xavier.

Se o próprio Deputado Wasny de Roure viu que o nobre Deputado Xavier nada tem a ver com as acusações, - nós também pensamos assim -, não temos que criar nenhuma comissão para oferecer palanque ao Deputado Paulo Tadeu. É brincadeira o que ele está fazendo.



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão/ Reunião EXTRAORDINÁRIA 18	Quarto 18
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Fiquei emocionado, quase chorei com as palavras do nobre Deputado Wasny de Roure, pois me sinto ofendido quando algum Deputado desta Casa é atacado. Fiquei feliz quando vi o Deputado Wasny de Roure dizer que o Deputado Xavier é seu irmão. Concordo plenamente com as suas palavras, Deputado Wasny de Roure. V.Exa. já morava em meu coração e, a partir de agora, vai morar ainda mais pela dignidade de defender os companheiros e não fazer como faz o Deputado Chico Floresta e Rodrigo Rollemberg, que atacam todo mundo.

Então, está acabado! Não vamos falar em Comissão de Ética.

Parabéns, Deputado Wasny de Roure!

DEPUTADO SILVIO LINHARES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, em primeiro lugar, acho que fui atingido pelo nobre Deputado Paulo Tadeu, apesar de não ser do feitio dele esse tipo de coisa. Mas tenho certeza de que S.Exa. retirará algumas de suas palavras ditas aqui.

Fiz parte da Comissão de Ética e, quando se fala em "manobra", isso me soa como uma coisa ilegal. Posso ser mal-educado, de pronunciamento chulo, mas não admito que falem que eu fiz "manobra". O que aconteceu na Comissão de Ética foi o seguinte: pedi que, se V.Exa. não apresentasse um Deputado suspeito, fizesse com que a denúncia recaísse



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão/ Reunião EXTRAORDINÁRIA 19	Quarto 19
--------------------	----------------------------	--------------------------------------	--------------

taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

sobre a minha pessoa. O que eu não apoiei, e continuo não apoiando, é a denúncia generalizada contra 24 Deputados, na Comissão de Ética, sem que se tenha o nome do Deputado a ser investigado.

Deputado Paulo Tadeu, pela primeira vez não gostei do que V.Exa. falou, usando o termo "manobra". Não sou homem de manobras, muito pelo contrário, sou homem de ação.

Quanto ao nobre Deputado Tatico, pelo amor de Nossa Senhora... Sempre respeitei muito, até nas minhas andanças pelas ruas, partidos de oposição. Agora, em sã consciência, se não for palanque, há alguém que pode denunciar o Deputado Tatico? Conhecemos a campanha política do Deputado Tatico. O mundo de S.Exa. é aquele supermercado. O que o Deputado Tatico faz lá, hoje - distribuir dinheiro -, já faz há mais de quinze, vinte anos.

E mais. Se funcionário do Senador Valmir Amaral, trabalhando em suas empresas, foi absolvido pelo Congresso Nacional, vamos tentar imputar uma culpa num "Tatico"? O nome de S.Exa. já está dizendo: é Tatico, "tico", "tiquinho". Se fosse um "Taticão", aí, sim. Mas "Tatico", não. S.Exa. sempre fez sua campanha lá dentro.

Quanto ao nobre Deputado Xavier, estou satisfeito com as explicações de S.Exa..

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 20	Quarto 20
--------------------	----------------------------	---------------------------------------	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra
V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento ao Deputado César Lacerda, que tem a característica de sofismar as coisas. Realmente votei contra o Plano Diretor de Samambaia por não concordar com a forma pela qual foi apresentado o relatório: abruptamente, e, sobretudo, por constarem emendas que não foram discutidas preliminarmente.

Em segundo lugar, fiquei estarecido diante das emendas feitas e do fato de um funcionário do Deputado Xavier ter ido lá, sem licitação, após uma solicitação de S.Exa. de liberação da área, para comprar o terreno, quando já havia sido transformado em área para postos de combustíveis.

Agora, considero correta a atitude, o pedido que S.Exa. fez de cancelamento do contrato para que o erário, a Terracap, não tenha prejuízo. Não posso deixar de considerar correta a atitude adotada pelo Deputado, ainda que tenham ocorrido esses fatos.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Convido a Deputada Maninha a secretariar os trabalhos da Mesa.

Vamos dar início ao processo de votação dos vetos, tendo em vista termos 36 vetos em pauta para votação e muitos deles necessitarem de ampla discussão com a comunidade, como o que trata da abertura do comércio aos domingos e tantos outros muito complicados. Ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal produz ou a sociedade irá nos cobrar diuturnamente como tem ocorrido todos os dias na mídia.



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 21	Quarto 21
--------------------	----------------------------	---------------------------------------	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Continua em discussão.

Com a palavra a Deputada Maninha.

DEPUTADA MANINHA (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, tenho alertado esta Casa para o fato de pesquisas mostrarem o reconhecimento da população em relação ao trabalho do Parlamentar. A cada dia que passa, fico boquiaberta ao perceber o surgimento de denúncias e como esta Casa se posta frente a elas. Não estou falando aqui da denúncia "a", "b" ou "c", mas estou falando que V.Exa., como Presidente desta Casa, e nós Deputados temos a obrigação de, no mínimo, quanto aos ofícios dirigidos à Mesa Diretora, à Corregedoria desta Casa - que inclusive não existe e é preciso ser eleita -, tomarmos sobre nossos ombros a responsabilidade de responder aos fatos que são diuturnamente publicados pela imprensa.

Fico estarecida quando o Deputado Silvio Linhares transforma uma questão como a do Deputado Tatico numa brincadeira. Não é uma brincadeira. O Deputado Tatico sabe que não se trata de uma brincadeira, pois S.Exa. solicitou à Mesa Diretora que o ouvisse amanhã para depois encaminhar à Comissão de Ética o pedido que a Liderança do PT fez para que esta Comissão se debruce sobre o assunto.

Nós do PT não estamos aqui fazendo nenhuma caça às bruxas. Quando o Deputado Paulo Tadeu se pronunciou, expressou uma posição partidária. Os nossos princípios e o nosso Regimento determinam que, a cada denúncia que surja, o PT tem de tomar essa postura.

Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão/ Reunião EXTRAORDINÁRIA 22	Quarto 22
--------------------	----------------------------	--------------------------------------	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Por isso, faço minhas as palavras do Deputado Paulo Tadeu, pois S.Exa. estava coberto de razão quando se pronunciou, porque eu presenciei a manobra feita na Comissão de Ética para que o Deputado Chico Floresta não pudesse levar adiante aquilo que estava sendo investigado. Eu presenciei, participei e disse que iríamos denunciar.

Portanto, não é e não pode ser chacota, porque se as questões forem tratadas dessa forma, nós seremos a chacota para o povo do Distrito Federal. E as eleições de 2002 está próximas para o povo dizer o que pensa desta Câmara e dos Deputados Distritais.

Quero dizer que a minha bancada não faz parte deste time. Estamos defendendo a ética, a transparência e não queremos estar aqui pactuando com as denúncias que estão sendo veiculadas na imprensa.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Eu gostaria de comunicar aos membros da Mesa Diretora que amanhã, às 10h, estaremos escutando o nobre Deputado Tatico, conforme requerimento e o combinado com todos os Parlamentares. Se algum outro Parlamentar quiser participar, está convidado.

Gostaríamos também de comunicar que pretendemos convocar sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 10h30min, para a votação dos vetos constantes da pauta da Ordem do Dia.

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em respeito à sessão solene marcada para amanhã, às 11h, como nos foi informado agora pelo nobre Deputado Wasny de Roure, convocaremos sessão extraordinária



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão/ Reunião EXTRAORDINÁRIA tf	Quarto 23
--------------------	----------------------------	---	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

a realizar-se amanhã, às 14h, para a votação dos vetos que estão obstando a pauta da Ordem do Dia, tendo em vista que a nossa pauta não avançou um milímetro sequer até o presente momento.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com relação ao episódio ocorrido na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, na qual o Deputado Renato Rainha e eu fomos autores daquele requerimento, reafirmo meu claro e cristalino posicionamento de que não estou aqui para agradecer a "a" ou "b"; foi uma manobra, sim, o que fizeram para evitar que as investigações fossem realizadas, como foi feito naquele momento.

Quero novamente reafirmar a minha posição: não condeno o nobre Deputado Xavier e não condeno o nobre Deputado Tatico. Acho que S.Exas. têm o direito de ir ao foro desta Câmara Legislativa, como ocorre quando algum Parlamentar é acusado de algum ato ilícito, no caso a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, até para que possam responder os questionamentos e limpar a sua imagem.

Sr. Presidente, quando o Governador Cristovam Buarque foi envolvido, inclusive pelo *Jornal de Brasília*, com denúncia relacionada aos postos de gasolina, qual foi a primeira providência que os partidos de

Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 24	Quarto 24
--------------------	----------------------------	---------------------------------------	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

esquerda e os Parlamentares desta Casa tomaram? Foram até V.Exa. e protocolaram um pedido para que fosse iniciada imediatamente uma investigação. Não sei por que esta Casa não realizou aquelas investigações.

Então, quando cobramos investigações na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar com relação ao caso do Deputado Tatico e, neste momento, do Deputado Xavier, é porque, quando somos acusados, temos como mesmo princípio pedir que haja investigação. Foi assim que fizemos com relação às acusações que sofreu o ex-Governador, e V.Exa. é testemunha disso. Então, por que pediríamos fosse investigado o que aconteceu no Governo passado, mas não fossem os episódios que estão surgindo neste momento?

Esse é o nosso comportamento, seja em que momento for, em que Governo for, com quem quer que seja. Se pairar sobre mim qualquer dúvida ou qualquer acusação, desejarei que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar investigue-a para que eu possa ter o direito de inclusive poder responder e eliminar qualquer acusação contra mim. Assim, acho que S.Exas. têm o direito de ir à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e esclarecer as denúncias que pairam sobre eles.

O pior, Sr. Presidente, é a Câmara Legislativa dar uma de avestruz, escondendo a cabeça dentro do buraco e deixando todo mundo, a Bancada Governista e a de Oposição, brincando com o que aconteceu neste momento, com as denúncias contra os Deputados Xavier e Tatico. O pior é isso. O pior é não investigar, não esclarecer e ficar todo mundo fazendo



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 25	Quarto 25
--------------------	----------------------------	---------------------------------------	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

piadinhas pelas costas. Por isso, esta Câmara Legislativa tem de incluir essas questões na sua Ordem do Dia, tem de atuar de maneira séria e tem de investigar, sim, porque as denúncias são sérias e os Deputados têm o direito de prestar esclarecimentos às denúncias que estão sendo veiculadas. Seja quem for o Deputado, S.Exa. tem o direito de poder ir lá e esclarecer esse tipo de questão.

Por isso, Sr. Presidente, acho que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar tem de iniciar imediatamente os seus trabalhos com relação a essas denúncias apresentadas contra os Srs. Deputados.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, estamos aguardando o pronunciamento de V.Exa. e da Mesa Diretora no tocante à apreciação dos fatos.

Corroboro aqui as palavras dos Deputados Maninha e Paulo Tadeu, porque estão pairando dúvidas não mais sobre o Deputado Tatico ou o Deputado Xavier, mas sobre a Câmara Legislativa. Realmente, diante do processo de aprovação do plano diretor e da licitação feita, culpabilidade existe. Não entra na cabeça de nenhum cidadão do Distrito Federal onde o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
18 /09/ 01	17h20min	EXTRAORDINÁRIA 26	26
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Poder Público do Distrito Federal não tivesse as condições e o conhecimento daquilo que foi aprovado na Câmara Legislativa.

O Deputado Xavier apresentou sua defesa em tempo hábil só que sua defesa coloca de maneira exposta no mínimo uma negligência da Terracap. Essa denúncia precisa ser esclarecida. O Deputado está cioso de seus direitos, quer esclarecer as denúncias, apresentou documento a todos os parlamentares e não apenas à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, mas é preciso averiguação porque não podemos continuar nesse clima em que a Terracap faz o que faz, faz e desfaz, e o povo de Brasília fica surpreso com as manchetes dos jornais.

A grande pergunta que todos fazem é: caso não houvesse sido descoberta essa situação isso transcorreria e o erário público sofreria uma baixa de pelo menos R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)? O Deputado Xavier ao colocar que o seu funcionário já repôs uma situação de fato, na medida em que passa a Terracap a perspectiva até mesmo de anulação dessa licitação, S.Exa. já anulou e já tem o documento, repõe essa situação do ponto de vista da perda pecuniária que o Estado sofreria. Do ponto de vista da moralidade e da ética é preciso averiguar o comportamento da Terracap. Queremos a convocação do Presidente da Terracap porque esses fatos vêm se sucedendo e trazem ao Governo do Distrito Federal uma mancha que é preciso apagar.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Item nº 1:



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /09/ 01	17h20min	EXTRAORDINÁRIA 27	27

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

"Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.177, de 2001, de autoria do 'Poder Executivo, que 'cria a carreira Atividades Complementares de Segurança Pública no quadro de pessoal do Distrito Federal, fixa seus vencimentos e dá outras providências.'

Relator: Deputado Renato Rainha"

Solicito ao Deputado Wilson Lima que emita parecer.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

(Segue documento lido totalizando 2 folhas.)

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, VETO PARCIAL do Projeto de Lei nº 2.177/01, de autoria do Poder Executivo que "Cria a Carreira Atividades Complementares de Segurança Pública no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, fixa seus vencimentos e dá outras providências".

Relator: Deputado (a) *WILSON LIMA*

RELATÓRIO

Na conformidade das disposições do art. 208 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, apresentamos para apreciação do Plenário desta Casa, relatório ao Veto Parcial imposto pelo Chefe do Poder Executivo, encaminhado pela Mensagem de nº 235, de 25/07/01, ao Projeto de Lei nº 2.177, de 2001, de autoria do Poder Executivo do Distrito Federal.

Essa proposta, conforme suas disposições, tem a finalidade de criar a Carreira Atividades Complementares de Segurança Pública no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, no âmbito de Secretaria de Segurança Pública.

Objetiva a criação de carreira própria para contemplar os servidores ocupantes do cargo de Técnico de Administração Pública, da Carreira Administração Pública, Especialidade II - Anatomia Forense, exercendo a função de Auxiliar de Necropsia Médico-Legal.

A proposta consiste de disposições que para o ingresso e desenvolvimento na carreira; do regime de trabalho; da remuneração e das disposições gerais pertinentes ao seu exercício.

Incluído na Sessão Extraordinária do dia 12 de junho de 2001, recebeu em Plenário pareceres favoráveis das Comissões de Economia, Orçamento e Finanças, de Assuntos Sociais e Constituição e Justiça. Ainda nessa sessão foi aprovado em 1º e 2º turnos.

Encaminhado pela Mensagem nº 259, de 10.07.01, do senhor Presidente desta Casa, deputado Gim Argello, ao Governador do Distrito Federal para manifestar-se, recebeu deste, por entender que essa matéria é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, veto parcial ao § 2º, do art. 2º; ao inciso III do § 1º, e ao § 2º, ambos do art. 7º, por considerar que aquelas determinações poder-se-ia tornar-se inconveniente e inoportuna na medida em que poderia retirar o dinamismo e a mobilidade necessária a área de segurança pública.

Esse o relatório.

Sala das Sessões em de agosto de 2001.

RELATOR
DEP WILSON LIMA



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /09/ 01	17h20min	EXTRAORDINÁRIA V	28

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação por escrutínio secreto.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Parlamentares, que se encaminharão até a cabine indevassável, onde colocarão a cédula de votação em envelope, depositando-o, em seguida, na urna que se encontra sobre a mesa.

(Procede-se à votação por escrutínio secreto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Convido a Deputada Maninha a servir como escrutinadora. (Pausa.)

(Abertura da urna e contagem dos envelopes.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Foram encontrados 13 envelopes, número que coincide com o de votantes.

Passa-se à apuração. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO-ASSP

31

VETO MANTIDO
 VETO REJEITADO



SESSÃO ORDINÁRIA
 SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Data: 18/9/2001

VETO ao Projeto de Lei 2177/2001
 Parcial ao(s) Parágrafo 2º do Art 2º, inciso III do Parágrafo 1º e o Parágrafo 2º ambos do Art 7º

Autor: Deputado (a) _____ (X) Poder Executivo

Relator: Deputado (a) Wilson Lima

NOME DO PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	X	
DEPUTADO ALIRIO NETO - PPS		X
DEPUTADA ANILCEIA MACHADO - PSDB		X
DEPUTADO BENICIO TAVARES - PTB	X	
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB		X
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT		X
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	X	
DEPUTADO JOAO CARLOS - PMDB	X	
DEPUTADO JOAO DE DEUS - PDT		X
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	X	
DEPUTADO JOSE EDMAR - PMDB		X
DEPUTADO JOSE TATICO - PSC		X
DEPUTADA LÚCIA CARVALHO - PT	X	
DEPUTADA MANINHA - PT	X	
DEPUTADO NIJED ZAKHOUR - PMDB	X	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT		X
DEPUTADO RAJAO - PMDB		X
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL		X
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB		X
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	X	X
DEPUTADO XAVIER - PSD	X	
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	X	
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	X	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PMDB	X	
TOTAL	13	11

RESULTADO DA VOTAÇÃO	VOTOS "SIM" 12
	VOTOS "NÃO" 1
	ABSTENÇÕES 0
	AUSENTES 11

[Signature]
 SECRETÁRIO



Data 18 /09/ 01	Horário Início 7h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 32	Quarto 29
--------------------	---------------------------	---------------------------------------	--------------

Taquígrafo(a)

Revisor(a)

Orador(a)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 12 votos favoráveis, 1 votos contrários.

Total de votantes: 13.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há dois assuntos que quero lembrar. Primeiro, eu gostaria de parabenizar o Deputado Xavier, que assumiu a tribuna para dar explicações para a Câmara Legislativa e para a população de Brasília. Reconhecemos que S.Exa. tentou explicar e esclarecer os fatos para a sociedade.

Eu gostaria, ainda, de lamentar a ausência do Deputado Rodrigo Rollemberg, que deixou o plenário imediatamente após ter feito uso da palavra. O ex-Governador Cristovam foi condenado pelo gasto com publicidade no último ano e, não, pela quantidade da soma. Essa é outra questão que temos de ver quanto ao gasto da publicidade.

Estou sentindo a falta do Deputado Rodrigo Rollemberg na apreciação do veto. S.Exa. tem sempre reclamado da ausência dos Parlamentares.



Data 18 /09/ 01	Horário Início 7h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 33	Quarto 30
--------------------	---------------------------	---------------------------------------	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Item nº 2:

"Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 802, de 1999, de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, que 'declara o Ministério Cristo é Vida - S.O.S. Vida, Brasília/DF, entidade de utilidade pública'.

Relator: Deputado Renato Rainha - CCJ"

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Solicito ao Deputado Wilson Lima que apresente o relatório.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

RELATÓRIO Nº /2001

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 802, de 1999, que "declara o *Ministério Cristo é Vida - SOS VIDA - Núcleo em Defesa da Vida, Brasília DF*, entidade de Utilidade Pública".

Relator: Deputado Renato Rainha

Por intermédio da Mensagem nº 226/2001-GAG, de 22 de junho, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa que vetou totalmente o projeto em epígrafe, nos termos do disposto ao art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

O projeto, de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, objetiva declarar de utilidade pública a entidade *Ministério Cristo é Vida - SOS VIDA - Núcleo em Defesa da Vida, Brasília DF*, com sede no Setor de Habitações Coletivas Geminadas Norte, -Comércio Local Residencial, Quadra 707, Bloco C, nº 13, Ap. 201, à qual o Governo do Distrito Federal deverá fornecer a Declaração de Utilidade Pública, contanto que comprovadas as seguintes condições definidas na Lei nº 1.617, de 1997:

- 1) tempo de funcionamento superior a três anos;
- 2) exercício de atividade regular na forma estatutária;
- 3) dirigentes eleitos por assembleia geral.

Na justificativa, o autor do projeto afirma que a instituição é filantrópica e ampara os excluídos e discriminados de toda sorte, procurando reintegrá-los à vida social.

Em anexo, junta diversos documentos da entidade.

Apreciado nesta Casa, o projeto recebeu parecer escrito da Comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade da iniciativa e parecer oral da Comissão de Assuntos Sociais pela




aprovação da matéria, este proferido durante sessão extraordinária na qual o projeto foi aprovado em 1º e 2º turnos. Nesta ocasião também foi aprovada a redação final.

Encaminhado em autógrafos ao Governador, para os fins do art. 74, *caput*, da Lei Orgânica, o projeto recebeu veto total.

Nas razões de veto, o Chefe do Executivo afirma que a matéria tratada pela proposição é regida pela Lei nº 1.617, de 1997, e pelo Decreto nº 19.004, de 1998, diplomas que não permitem ao Legislativo promover a declaração concessória de utilidade pública. Além disso, afirma que as entidades pretendentes da declaração devem submeter-se aos criteriosos requisitos estabelecidos pela legislação, e não apenas àqueles estipulados pelo projeto.

Outrossim, afirma S. Exa. que o projeto contraria o princípio da independência e harmonia entre os Poderes (art. 2º da Constituição e art. 53 da Lei Orgânica) e a disciplina orçamentaria (art. 165, § 6º, da Constituição e art. 149, § 7º, II, da Lei Orgânica), já que, neste caso, não comprova a previsão, no orçamento, dos efeitos dos incentivos tributários decorrentes da declaração sobre a receita orçamentaria.

Eis as considerações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO JOSÉ RAJÃO

Presidente

DEPUTADO RENATO RAINHA

Relator

Assessoria de Plenária

PL N.º 802 / 97

Folha n.º 112



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 36	Quarto 31
--------------------	----------------------------	---------------------------------------	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação por escrutínio secreto.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Parlamentares, que se encaminharão até a cabine indevassável, onde colocarão a cédula de votação em envelope, depositando-o, em seguida, na urna que se encontra sobre a mesa.

(Procede-se à votação por escrutínio secreto.)

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO - ASSP

VETO MANTIDO
 VETO REJEITADO



SESSÃO ORDINÁRIA
 SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Data: 20/10/2001

VETO total ao Projeto de Lei n.º 402/01
Parcialao(s) _____

Autor: Deputado (a) Rodrigo Rollemberg Poder Executivo

Relator: Deputado (a) Renato Rainha

NOME DO PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	X	
DEPUTADO ALIRIO NETO - PPS	X	
DEPUTADA ANILCEIA MACHADO - PSDB		X
DEPUTADO BENICIO TAVARES - PTB	X	
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	A	
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT		X
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	X	
DEPUTADO JOAO CARLOS - PMDB	X	
DEPUTADO JOAO DE DEUS - PDT	X	
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB		X
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB		X
DEPUTADO JOSETATICO - PSC		X
DEPUTADA LÚCIA CARVALHO - PT		X
DEPUTADA MANINHA - PT		X
DEPUTADO NIJED ZAKHOUR - PMDB	X	
DEPUTADO PAULO TADEU - PT		X
DEPUTADO RAJÃO - PMDB	X	
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	X	
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB		X
DEPUTADO XAVIER - PSD	X	
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT		X
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	X	
DEPUTADO GIM ARGELLO - PMDB	X	X
... TOTAL	13	11

RESULTADO DA VOTAÇÃO	VOTOS "SIM"	10
	VOTOS "NÃO"	03
	ABSTENÇÕES	-
	AUSENTES	11

SECRETÁRIO



Data 18 /09/ 01	Horário Início 17h20min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA 38	Quarto 32
--------------------	----------------------------	---------------------------------------	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Constata-se que não há em plenário o *quorum* necessário para a votação do veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 14h.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h48min.)